



01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

ATA-1ªPJBUR - 12023

Código de validação: 7334CBDFDD

## Ata da Audiência Pública para Escuta Social organizada pelas Promotorias de Justiça de Buriticupu/MA realizada em 01 de fevereiro de 2023, em Buriticupu/MA

Aos 01 (um) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, às 09h00min, no Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Buriticupu/MA, situada na Rua Nelson Pereira Dias, nº 1, Centro, realizou-se a Sessão Presencial da Audiência Pública que teve como **OBJETIVO** a realização de escuta social, para subsidiar a elaboração dos planos de atuação da 1ª Promotoria de Justiça de Buriticupu/MA, para os anos de 2023 e 2024;

### DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:

Iniciando a solenidade, compuseram a mesa de autoridades os Excelentíssimos Promotores de Justiça, Dr. Felipe Augusto Rotondo, Presidente da Sessão e Dr. José Frazão Sá Menezes Neto, Vice-Presidente da Sessão;

Em seguida, foi entoado o Hino Nacional Brasileiro.

Após a palavra foi franqueada aos membros da mesa que se manifestaram nesta ordem: o Exmo. Sr. Felipe Augusto Rotondo, Presidente da Audiência Pública, declarou aberta a sessão saudando os participantes, agradecendo a presença de todos e fazendo um breve relato sobre o objetivo e motivações da Audiência, apresentando o objeto e finalidade do evento, a importância da participação da sociedade para que seja traçado o Plano de Atuação da 1ª Promotoria de Justiça de Buriticupu, momento em que destacou o papel da audiência pública como instrumento utilizado para a coleta de subsídios e informações dos segmentos interessados, auscultando sua diversidade de pleitos, opiniões, críticas e sugestões, de forma a dar mais publicidade e transparência



(\*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **06 de Fevereiro de 2023 às 13:14 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-1ªPIBUR-12023, Código de Validação: 7334CBDFDD.**



### **01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu**

ao processo do plano de atuação do Órgão Ministerial. Aduziu ainda que a cidade tinha uma fama de muita dificuldade para trabalho, mas que os Promotores de Justiça das Promotorias de Buriticupu possuem um compromisso com Buriticupu e que não pretendem remover para outra localidade, tendo em vista que pretendem dar continuidade ao trabalho, abrindo espaço para a população de Buriticupu falar seus anseios sociais. Continuou aduzindo, que o Ministério Público abre o espaço de forma pioneira na instituição, para que todos os interessados possam falar e serem ouvidos e a partir daí, o Ministério Público atue de forma, prioritariamente, na defesa dos direitos e interesses coletivos e difusos. Explicou que o Ministério Público já possui diversos projetos institucionais que possivelmente serão abrangidos pelas demandas da população de Buriticupu, mas caso não estejam contempladas nos procedimentos administrativos, às Promotorias de Justiça certamente vão instaurar novos procedimentos. Mencionou que tem atuado em conjunto com a 2ª Promotoria de Justiça, especialmente no âmbito de políticas de drogas, onde foram realizadas audiências e reuniões para implementação dos CAPS AD e AIJ. Por fim, reafirmou o compromisso do Ministério Público em fazer a escuta social da população para traçar o plano de atuação de acordo com as demandas sociais.

Em seguida, passou a palavra ao Exmo. Sr. Dr. José Frazão Sá Menezes Neto que também agradeceu e ratificou as palavras do Presidente, acrescentando que já atua há três anos em Buriticupu e que o trabalho foi árduo, com muitos obstáculos e por isso, era preciso fazer diferente. Afirmou, que a presente audiência pública foi pensada por longo período e agradeceu o apoio de toda equipe das Promotorias de Justiça. Aduziu que para alcançar os objetivos e resultados traçados, o Ministério Público inicialmente fortaleceu a atuação conjunta com as instituições. Mencionou que o Ministério Público passou a ser preventivo e não reativo e tal modelo de atuação evita a judicialização precoce das demandas, que possivelmente não terão o resultado desejado. Asseverou que a partir dessa ideia, os resultados têm sido obtidos e que os indicadores sociais têm apresentado melhora. Assegurou que o embate tem que ser deixado de lado e buscado o diálogo para resolutividade dos problemas e que a população não deve depositar suas esperanças em uma instituição, como “salvadora” da pátria, mas que a solução dos problemas deve ser buscada através da cooperação social e institucional. Ressaltou que a presente audiência e o modelo de atuação é pioneiro no Estado do Maranhão. Finalizou afirmando que o Ministério Público quer



### 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

ouvir a população para construir soluções conjuntas.

Em seguida, foi apresentada a mesa de trabalho, assim constituída: **Presidente e Vice:** Exmos. Drs. FELIPE AUGUSTO ROTONDO e JOSÉ FRAZÃO SÁ MENEZES NETO, Promotores de Justiça.

**A Secretária Geral,** Sra. THAÍS FERNANDA SERRA SOARES MUNIZ, servidora do Ministério Público do Maranhão, lotada na Promotoria de Justiça de Buriticupu/MA.

**Auxiliando** nos trabalhos do dia, os senhores Gilvaldo Catanhede Nunes Eckert e Cleilson de Carvalho Novaes, ambos servidores do Ministério Público, lotados na Promotoria de Buriticupu e Maria Margareth Lima Ferreira e Marta de Sousa Lira Araújo, ambas servidoras cedidas da Prefeitura Municipal à disposição do Ministério Público.

Na sequência, foi realizada pela Secretária Geral a leitura do Regimento Interno da Audiência, sendo em seguida, aprovado sem ressalvas.

Passando a palavra ao Presidente, este retomou a metodologia de trabalho da audiência, enfatizando o objeto da audiência, de caráter consultivo, esclarecendo mais uma vez que a audiência não é um espaço para denúncias e sim proposições.

Em seguida, foi aberto espaço para a manifestação popular, na ordem das inscrições realizadas previamente, tendo cada cidadão o direito à 10 minutos de fala:

**1- Rosângela Santos Trancoso.** Iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradeceu e parabenizou a iniciativa do Ministério Público, afirmando que realmente é uma iniciativa pioneira. Ressaltou que é professora há 20 anos e que não pode deixar de falar nada sobre o descaso do recebimento dos valores milionários pela Prefeitura de Buriticupu para a educação e que a população, os professores e demais servidores da educação não viram tais valores. Afirmou que deve haver prioridade das demandas da educação, das demandas dos profissionais da educação. Que é necessário fazer o controle orçamentário das verbas da educação. Fez um apelo aos presentes para se empenharem na fiscalização das verbas dos profissionais da educação para que haja aplicação adequada. Afirmou que a atual gestão municipal não dialoga com os



### 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

professores. Que os problemas na educação municipal não são problemas de recursos, mas de gestão e má vontade da gestão. Assegurou que os resultados e a mudança somente ocorrerão com a priorização da educação e com a abertura de espaço para participação e fala da população.

**2- Rafael Brenha dos Santos Alves.** Iniciou sua fala se apresentando como Policial Militar, lotado no 30º Batalhão de Polícia Militar. Informou que sua fala será pautada sobre o tema do controle externo da atividade policial, explicando brevemente como funciona o controle externo da atividade policial. Aduziu que a polícia militar atua de forma ostensiva e que em alguns casos há excessos, ressaltando que atualmente os índices de excessos da polícia militar estão baixos, mas ressaltou que qualquer cidadão que tiver lesado seus direitos poderão formular denúncias na sede no Batalhão ou no Ministério Público, que será devidamente apurado e punido, caso haja confirmação dos fatos noticiados.

**3 - MarluCIA Azevedo dos Reis.** Iniciou sua fala cumprimentando os presentes na pessoa dos Promotores de Justiça. Se apresentou como Representante do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Natureza. Afirmou que os habitantes de Buriticupu são pessoas lutadoras. Sua pauta para o espaço de fala será sobre cidadania e que todos têm o direito de existência e dos seus documentos de identificação. Sugeriu ao Ministério Público atuar de forma mais efetiva para que todos tenham direito ao registro civil e à documentação. Falou ainda sobre o Conselho do Fundeb, alegando que há ilegalidade na eleição do Conselho do Fundeb, uma vez que teriam comissionados no exercício de cargos de membros do conselho. Questionou se nas audiências sobre as prestações trimestrais de contas, se o prefeito municipal não deveria estar presente na Câmara Municipal no momento da prestação de contas, uma vez que está fazendo de forma online. Formulou questionamentos sobre o saneamento básico, especialmente acerca da qualidade da água do Município de Buriticupu e dos bebedouros das escolas municipais. Pontuou sobre o controle da dengue que está em situação de muitos casos e que os agentes de saúde não estão conseguindo cobrir todos os pontos. Finalizou questionando os policiais militares se os cidadãos devem confiar na Polícia Militar, indagando acerca do procedimento de abordagem policial e que requer posicionamento do Ministério Público e da Polícia Militar acerca do controle da atividade policial.



#### 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

4 - **Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi**. Iniciou sua fala agradecendo pela iniciativa do Ministério Público e que o espaço é importante para participação popular. Se apresentou como representante da instituição Justiça nos Trilhos. Que a atuação dessa instituição especialmente na fiscalização dos recursos da CEFAMA, que são recursos pagos pela extração mineral. Explicou que o referido recurso é pago para os municípios e estados em que há extração de minério ou passam pela estrada de ferro. Questiona a ausência de transparência dos recursos do CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral) e que a prefeitura deveria colocar no portal de transparência do Município. Mencionou que há dificuldade de transporte no Município, já que pessoas moram longe da sede do município e que as estradas são precárias e que não há ambulâncias para o interior. Que não há transporte público para alunos do ensino médio. Mencionou que não há coleta de lixo nas comunidades rurais e que já dialogou com a secretaria de infraestrutura e no meio ambiente. Que os moradores da zona rural fazem queimadas do lixo doméstico ou que jogam nos leitos dos rios. Por fim, destacou que confia na polícia militar e que o cidadão deve fazer a denúncia e propôs que sejam realizadas reuniões conjuntas para traçar planos conjuntos de atuação em cada território.

5 - **Kelly Barbosa da Silva**. Iniciou sua fala se apresentando como assistente social e que deseja falar sobre saúde. Que atua no CAPS. Parabenizou a gestão por ter ouvido. Sugeriu ao Ministério Público atue para que os municípios atendidos pelos CAPS de Buriticupu façam contrapartida com recursos para o Município de Buriticupu, já que atendem pessoas de Arame, Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim. Falou sobre a segurança pública e sugeriu que fosse colocado um comando policial móvel na Vila Pindaré e Cikel, povoados da zona rural deste município, tendo em vista que a distância da sede prejudica o atendimento da população da zona rural.

6 - **Jessé da Rocha Soares**. Iniciou sua fala se apresentando como Delegado de Polícia, Delegado Regional da 23ª Delegacia Regional de Buriticupu e cumprimentando todos os presentes. Afirmou que resolveu se inscrever na audiência pública para se colocar à disposição da população e do Ministério Público para melhoria dos serviços prestados pela polícia. Dessa forma, informou que a polícia judiciária precisa de informação e que a polícia precisa de confiança da população. Afirmou que a população pode confiar na polícia e apelou para que todos procurem a polícia para fazer denúncias acerca da conduta de eventuais agentes policiais civis.



(\*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **06 de Fevereiro de 2023 às 13:14 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-1ªPIBUR-12023, Código de Validação: 7334CBDFDD.**



### 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

Ressaltou que trabalha há dois anos com o Promotor de Justiça Felipe Rotondo e que as delegacias da regional de Buriticupu foram reformadas e ampliadas pelo repasse de valores oriundos de ANPPs, destinados pelo Ministério Público. Aduziu que para a boa prestação dos serviços de segurança pública a população deve atuar de forma conjunta com a polícia civil e que os canais de denúncias estão abertos para todos. Mencionou que há problemas na cidade, especialmente no Bairro 13, acerca de drogas, mas que precisa de informações da população, sendo uma parceira da polícia civil. Agradeceu a oportunidade para o espaço de fala e reafirmou que quer ouvir da população sobre a Polícia Civil.

**7 - Paulo Sérgio Pereira Mendes.** Iniciou sua fala saudando a mesa e os demais participantes. Se apresentou como gestor do complexo hospitalar municipal e afirmou que agora há mais de 30 médicos e diversas especialidades médicas e que atende pacientes do município de Bom Jesus das Selvas. Aduziu que os recursos do complexo hospitalar são inferiores à demanda de atendimentos e por isso, há necessidade de encaminhamento de pacientes para as regionais de saúde. Pediu compreensão da população para não desacatar os profissionais de saúde. Que a gestão está providenciando a efetiva implementação do CAPS AD, mas que os recursos estão baixos. Que pretende regionalizar o atendimento no modelo das casas de acolhimento e que sugere a atuação ministerial para que os municípios vizinhos possam fazer contrapartida para atendimentos realizados pelo sistema de saúde de Buriticupu.

**8 - Antonio Wesley Petteson Campos Silva.** Se apresentou como comandante da Guarda Municipal de Buriticupu e cumprimentou todos os presentes. Aduziu que a guarda municipal está sendo reestruturada tanto na parte estrutural como na parte legislativa. Mencionou a importância do controle externo da atividade policial e informou que o Ministério Público, através da 1ª PJ, realizou reunião com a Guarda Municipal e polícias para explicar a metodologia de abordagem e os limites constitucionais da atuação da guarda municipal. Ressaltou que todos os guardas municipais são da cidade de Buriticupu e conhecem a cidade e dessa forma, afirma que a população pode confiar nos órgãos da segurança pública. Resumiu o trabalho da guarda e se colocou à disposição das instituições e de toda população para melhoria dos serviços. Por fim, parabenizou a iniciativa do Ministério Público.



### 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

9 - **Solange dos Santos da Silva**. Iniciou sua fala aduzindo que é moradora da cidade e que faz parte do sindicato dos servidores públicos de Buriticupu. Pediu a atuação do Ministério Público para que haja fiscalização orçamentária. Pediu ajuda ministerial para que seja feito o plano de cargos, carreiras e salários no Município de Buriticupu. Mencionou que o concurso público realizado ainda não foi suficiente para resolver o problema do serviço público. Sugeriu a atuação efetiva dos Conselhos Municipais. Enfatizou que deseja ajuda do Ministério na Escola Simar Pereira Pinto, sobre a ausência de sinalização adequada na frente da referida escola.

10 - **Elisângela dos Santos Cruz** - Iniciou sua fala sobre saúde. Afirmou que procurou os serviços médicos do Município para afastamento do trabalho. Que obteve laudo de afastamento do trabalho por 06 meses, mas o perito do município apenas homologou apenas 02 meses de afastamento. Continuou afirmando que não conseguiu atendimento de fisioterapia ao longo do período. Afirmou que na condição de servidora pública tem adoecido e não tem tido apoio do Município e por isso, requer ajuda para ter seus direitos atendidos.

11 - **Josélia da Silva Lima Lopes**. Agradeceu a oportunidade para ser ouvida. Mencionou que sua preocupação é com o Bairro 13, sobre alto consumo de drogas no referido bairro. Sugeriu a criação de projeto para retirada de jovens, idosos e crianças que sofrem com o problema de drogas na comunidade. Menciona que precisa ser realizado novo concurso, já que o número de aprovados foi abaixo da necessidade do município. Aduziu que precisa haver controle na eleição do conselho do FUNDEB, inclusive pelo fato da ausência das sobras do recurso, que não foram repassados aos profissionais. Mencionou sobre a situação dos servidores contratados pelo Município, que não estão sendo remunerados de forma correta. Falou sobre o projeto Melhor em Casa e que deseja melhoria no serviço público oferecido, que há necessidade de melhor eficiência no atendimento do referido projeto.

12 - **Andréia Lima Rodrigues**. Se apresentou como vice-presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública. Questionou qual o papel do Ministério Público na fiscalização das Instituições públicas, prestam serviços no âmbito municipal e estadual. Alega que possui dúvidas sobre procedimentos para registro de boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia, especialmente que garantam a segurança e sigilo da vítima, para que não precise comparecer a uma delegacia física e se expor.



### 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

Mencionou que há baixo efetivo policial em Buriticupu e deseja atuação do Ministério Público para aumentar o efetivo, que atualmente é de apenas 65 policiais.

13 - **Fernando Lopes Rodrigues** - Iniciou sua fala cumprimentando a todos e agradeceu o espaço de fala. Ressaltou a importância da audiência pública e especialmente por proporcionar e reforçar a democracia. Informou que no âmbito da defesa do patrimônio público, há problemas na utilização dos espaços públicos e dos prédios públicos. Informou que os prédios públicos estão em péssimas condições de estrutura e que no início das voltas às aulas, há diversas escolas sem condições. Sobre o tema da defesa do consumidor, informou que não há PROCON e por isso, sugere uma maior atuação ministerial e especialmente na fiscalização dos preços praticados nos postos de combustíveis, que praticam preços abusivos. Sobre o tema da saúde, aduziu que há situação precária da saúde e que durante a pandemia, foram comprados diversos respiradores e nunca foram utilizados. Que há denúncia de que o equipamento de radiografia estava quebrado. Sobre o tema cidadania, ressaltou a importância dos direitos de cidadania e de seu exercício efetivo. Mencionou a importância da participação popular nas decisões políticas e sociais da comunidade.

14 - **Mariana de Sousa Lira Araújo**. Se apresentou como servidora pública e que faz parte do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal de Educação, do Movimento Estudantil Independente de Buriticupu, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e da Natureza, que milita nos movimentos sociais em defesa da educação, dos direitos humanos, do meio ambiente, da população negra e da comunidade LGBTQIAP+. Ademais, criticou a linguagem utilizada na divulgação da audiência, bem como na própria divulgação da audiência, que não é feita por carro de som. Sugeriu uma atuação itinerante do Ministério Público, especialmente nas comunidades indígenas. Informou que há irregularidades na composição dos conselhos públicos, especialmente no CMDCA e FUNDEB, uma vez que não foi feita chamada pública para participação. Afirmou que as sociedades da sociedade civil devem fazer parte dos conselhos municipais, mas que essa participação deve ser temática. Pontuou sobre a atuação da Vigilância Sanitária e que essa atuação tem sido deficiente, especialmente sobre a comercialização de produtos vencidos nos estabelecimentos comerciais. Falou acerca da situação de abatedouros de Buriticupu, já que há comercialização de carne sem origem conhecida. Falou sobre a prioridade no gasto dos recursos públicos, já que não há proporcionalidade entre os gastos com eventos culturais, quando há déficit na



### 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu

distribuição de recursos para áreas como educação e saúde. Por fim, falou sobre o assédio de policiais em logradouros públicos e que ainda há dificuldade na confiança na polícia. Pediu uma melhor atuação do Ministério Público para melhorar a atuação policial. Criticou a situação da delegacia de polícia de Buriticupu, que a cada 15 dias, fecha no fim de semana, abrindo somente às 14 horas da segunda-feira. Pediu que os promotores de justiça saiam de seus gabinetes e conheçam ainda mais a realidade do município.

15 - **Isaías Neres Cardoso Aguiar**. Agradeceu a oportunidade e aduziu que sua fala será sobre o alto índice de mortes e acidentes de trânsito em Buriticupu. Que é o trânsito mais violento (proporcionalmente) do Estado de Buriticupu. Afirmou que é preocupante que adolescentes conduzindo veículos automotores e se envolvam em acidentes de trânsito. Que a sinalização de trânsito é muito ruim e que está havendo furtos das placas de trânsito do município. Sugeriu campanhas de conscientização e educação sobre o trânsito, incluindo o uso dos equipamentos de proteção individual (capacetes e cintos de segurança). Sugeriu que a guarda municipal e demais órgãos da segurança pública façam uma melhor fiscalização no trânsito.

16 - **Jô Fernandes de Araújo**. Iniciou sua fala parabenizando a iniciativa do Ministério Público e a atuação dos Promotores de Justiça. Sugeriu a realização de parceria para que haja a construção de um Instituto de Criminalística em Buriticupu, tendo em vista a distância para o IML mais próxima. Sugeriu a utilização de dos recursos do ANPP para construção da do IML. Falou sobre a necessidade de fiscalização sobre os projetos para tratamento dos casos de drogas no Bairro 13.

17 - **Maria de Jesus da Silva** - Iniciou a oportunidade de fala agradecendo a oportunidade. Mas questionou sobre a situação da saúde pública e a ausência do fornecimento de medicamentos e atendimento público no hospital de Buriticupu.

Após a manifestação popular, o Presidente e o Vice da audiência pública, agradeceram a presença de todos e finalizaram a sessão, ambos ratificando que as colaborações serão registradas pela Promotoria de Justiça de Buriticupu/MA a fim de subsidiar o planejamento da Promotoria nos próximos 2 anos, sendo que em momento futuro será realizada uma nova audiência pública para prestação de contas dos avanços realizados.



**01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu**

Registraram presença mediante formulário eletrônico as seguintes pessoas:

Adélia Amorim Santos  
Alexandre Florentino Magalhães  
Ana Rubia de Castro Sousa Lima  
Andreia Lima Rodrigues  
Antonino Silva de Mesquita  
Antonio Leocadio Pereira  
Antonio Wesley Petteson Campos Silva  
Aron José Soares Brito de Moraes  
Artur Rego Fernandes  
Celina Ferreira Neres  
Chrystiane Piancó Lima  
Cleilson de Carvalho Novaes  
Conceição de Maria Moraes Nascimento  
Conceicao de Maria Rego  
Eduardo de Moura Azevedo  
Elisangela dos Santos Cruz  
Eranildo da Conceição Sobral  
Fabrício Santos Silva  
Francisco Carlos Martins de Sousa  
Fredson Silva nascimento  
Gilvaldo Cantanhede Nunes Eckert  
Irmã Nubia Ramirez  
Isaías Neres Cardoso Aguiar  
Itaynara Coelho Santana  
Jakeline Ferreira Peixoto  
Jamil Ribeiro Leitão  
Jardel Trancoso de Souza  
Jéferson Cavalcante Mota  
Jessé da Rocha Soares  
Jhonatan Araújo Teixeira  
Jó Fernandes de Araújo  
Joselia da Silva Lima Lopes  
Juliana Lima Gomes  
Júlio Iglesias Moreira Carneiro  
Kaylany dos Santos Lima  
Kelly Barbosa da Silva  
Manoel Aguiar

(\*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **06 de Fevereiro de 2023 às 13:14 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-1ªPIBUR-12023, Código de Validação: 7334CBDFDD.**



**01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu**

Márcia Gabrielle Coutinho Alencar  
Maria de Jesus da Silva  
Maria de Lurdes de Melo Mendes  
Maria ivonete de Matos Santos  
Maria Margareth Lima Ferreira  
Maria Raimunda da Silva  
Maria Rosimeire da Conceição Moura  
Mariana de Sousa Lira Araújo  
Marinalva de Sousa Santos  
Marlucia Azevedo dos Reis  
Marta de Sousa Lira Araújo  
Melry Angela Oliveira Marques  
Morgana Meirellys Queiroz Fernandes  
Naiara Avelino da Rocha  
Nayana dos Santos Carvalho  
Nilson Almeida Santos  
Otaniel Gomes da Silva  
Paulo Sérgio Pereira Mendes  
Raimundo da Silva Cunha  
Rauana Alencar Carvalho  
Rosângela Santos Trancoso  
Silvane Oliveira Sena  
Simone Silva Oliveira  
Solange dos Santos da Silva  
Sunamitade Sousa Silva  
Thais Fernanda Serra Soares Muniz  
Valdeanne de Sousa Ferreira Morais  
Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi  
Waldemar de Carvalho Neto

Nada mais havendo para constar, eu, THAIS FERNANDA SERRA SOARES MUNIZ (assinada eletronicamente), Secretária Geral, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e Vice-Presidente da Sessão, juntamente com os demais participantes, cujas assinaturas serão registradas em Lista de Presença, anexa.

Assinado eletronicamente.



**01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Buriticupu**  
**FELIPE AUGUSTO ROTONDO**

Promotor de Justiça

Presidente da Audiência Pública

Assinado eletronicamente.

**JOSÉ FRAZÃO SÁ MENEZES NETO**

Promotor de Justiça

Vice-Presidente da Audiência Pública

*assinado eletronicamente em 05/02/2023 às 11:34 h (\*)*

**FELIPE AUGUSTO ROTONDO**  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

*assinado eletronicamente em 06/02/2023 às 13:14 h (\*)*

**JOSÉ FRAZÃO SÁ MENEZES NETO**  
PROMOTOR DE JUSTIÇA

*assinado eletronicamente em 06/02/2023 às 08:50 h (\*)*

**THAÍS FERNANDA SERRA SOARES MUNIZ**  
TÉCNICO MINISTERIAL

*assinado eletronicamente em 06/02/2023 às 10:05 h (\*)*

**GILVALDO CANTANHEDE NUNES ECKERT**  
TÉCNICO MINISTERIAL

(\*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **06 de Fevereiro de 2023 às 13:14 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://mpma.mp.br/autenticidade> utilizando-se: **Número do documento: ATA-1ªPIBUR-12023, Código de Validação: 7334CBDFDD.**